

## **OS ARQUIVOS PESSOAIS COMO FONTE DE PESQUISA HISTÓRICA: O CASO DO ARQUIVO ALIOMAR BALEEIRO**

*Martina Spohr*

Estagiária do Centro de Pesquisa EDocumentação de História Contemporânea do Brasil-CPDOC

Esta comunicação pretende discutir a importância da organização de arquivos para a pesquisa histórica, analisando os principais aspectos da discussão acerca da problemática específica dos arquivos pessoais. A proposta a ser desenvolvida será tratada através da perspectiva histórica, visando demonstrar a relação do campo da história com o trabalho e a teoria desenvolvidos pelo campo arquivístico. Para isto, propomos uma análise mais específica, tratando das questões acima destacadas através da exposição da metodologia de organização e da importância historiográfica do Arquivo Aliomar Baleeiro, depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, onde tive a oportunidade de participar de sua organização como estagiária, feita sob a coordenação de Adelina Maria Alves Novaes e Cruz.

Uma análise preliminar do campo arquivístico e, mais especificamente, da problemática dos arquivos pessoais diante das teorias tradicionais da arquivologia é essencial para a compreensão do objeto de estudo em questão. Por se tratar de um tipo de arquivo relativamente novo (na medida em que as metodologias arquivísticas tradicionais trataram mais especificamente de arquivos públicos e arquivos privados institucionais), a metodologia de organização de arquivos pessoais ainda é passível de uma ampla discussão teórica e conseqüentemente prática. Terry Cook (1998) nos coloca uma questão fundamental para a discussão da teoria arquivística, no que diz respeito à problemática dos arquivos pessoais, perguntando se “...os princípios e conceitos arquivísticos tradicionais, que foram desenvolvidos para documentos de instituições, são também relevantes para os arquivos de indivíduos, famílias ou grupos?” (COOK, 1998: p.129)

Esta pergunta serve de base para o desenvolvimento da discussão presente no campo arquivístico, onde alguns conceitos e regras reconhecidos internacionalmente como fundamentais da arquivística moderna são colocados em dúvida, principalmente quando aplicados na prática. Para esta comunicação, dois princípios em discussão são pertinentes à proposta de análise de um arquivo pessoal (no nosso caso o Arquivo Aliomar Baleeiro), pois

foram dificilmente aplicados na prática de sua organização. São eles o princípio da proveniência (*respect des fonds*) e o princípio do respeito à ordem original.

O princípio da proveniência, desenvolvido pela arquivologia tradicional especificamente para o tratamento de arquivos públicos ou privados institucionais, surge pela primeira vez em 1841 na França, mediante circular do Ministério do Interior, e determinava que os documentos fossem agrupados por fundos, compreendendo todos os documentos originários de uma instituição (tal como uma unidade administrativa, uma corporação ou uma família). Os holandeses radicalizaram este conceito, inferindo que dele decorria o princípio do respeito à ordem original. Estes defendiam que a ordem primitiva dos documentos era o reflexo de sua essência traduzindo a lógica da organização do corpo que o produziu. Michel Duchein (1982-1986), um dos principais teóricos destas questões, diz que o princípio do respeito à ordem original está, ao menos em teoria, contido no princípio da proveniência. Na prática, a aplicação destes princípios gera problemas, na medida em que a ordem primitiva de um determinado fundo (que, segundo tais determinações, deveria ser sempre respeitada) não possui uma lógica em sua organização ou até mesmo nenhum tipo de organização prévia. Esta problemática torna-se mais evidente quando falamos em arquivos pessoais, ponto seguinte de nossa discussão.

Tais princípios são analisados em grande parte da bibliografia encontrada sobre a organização de arquivos, porém a inserção destas discussões no que diz respeito aos arquivos privados ainda não aparece com muita frequência. Na temática sobre os arquivos pessoais esta dificuldade é ainda maior. Priscila Fraiz (1998) traz uma justificativa plausível para esta questão ao dizer que “Foi somente a partir da segunda metade deste século [século XX] que o arranjo de papéis privados deixou de se basear em práticas e métodos biblioteconômicos (FRAIZ, 1998: p. 62)”, demonstrando uma mudança recente na prática de organização deste tipo de arquivo, proporcionando o aumento das discussões sobre o desenvolvimento de uma metodologia específica para os arquivos pessoais. Diante de tal constatação, torna-se evidente que a inserção da discussão sobre o princípio da proveniência e do respeito à ordem original em relação aos arquivos privados se encontra em fase de desenvolvimento. A autora segue dizendo que:

[...] a aplicação do princípio do respeito à ordem original nos arquivos pessoais encontra dificuldades semelhantes àquelas com que se deparam os arquivos públicos. Na grande maioria dos casos, os acervos pessoais chegam de forma desordenada à instituição de memória que os recolhe, dificultando, desta forma, a observância do princípio. (FRAIZ, 1998: p.63).

Ariane Ducrot (1998), analisando a mesma questão, destaca que:

Com freqüência, [...] o fundo recebido está na maior desordem. Seja porque jamais tenha sido classificado, seja porque a ordem primitiva sofreu alterações tais que é impossível restabelecê-la, seja, ainda, porque é extremamente insatisfatória. O pragmatismo deve, nessa hora, prevalecer sobre a teoria. O trabalho do arquivista consiste em dar a estes fundos o quadro de arranjo mais lógico, **devendo esse arranjo corresponder, sempre, à estrutura orgânica do fundo, quer dizer, ser decorrência de sua natureza.** (DUCROT, 1998: p.160, grifo nosso).

Ariane Ducrot, ao final da frase citada, demonstra que as perspectivas da arquivística tradicional ainda estão presentes em tais discussões, pois permanece trabalhando com a seguinte definição de arquivos desenvolvida por Michel Duchein (1982-1986) (baseada na definição de Hilary Jenkinson, expoente da teoria arquivística tradicional) de que

[...] os arquivos – esta é sua definição – são ‘o conjunto de documentos de qualquer natureza, reunidos orgânica e automaticamente por um corpo administrativo, uma pessoa física ou jurídica, em razão de suas funções ou de sua atividade’; acrescentemos ‘e que são conservados a título de referência’. (DUCHEIN, 1982-1986: p. 17).

A questão da falta de organização na chegada do arquivo à instituição pode ser observada no Arquivo Aliomar Baleeiro, recebido pelo CPDOC sem nenhum tipo de organização prévia. Partindo desta perspectiva, concordamos que, no caso da organização e definição de arranjo dos arquivos pessoais, não devemos nos prender inteiramente a estes princípios, o que permite a recuperação do valor informativo de seus documentos possibilitando o desenvolvimento da pesquisa histórica de maneira coerente. O arquivista, adotando uma perspectiva mais aberta em relação ao respeito de tais princípios, produz um desenvolvimento lógico da organização do arquivo. A posição do arquivista influencia diretamente a pesquisa histórica, na medida em que a compreensão das fontes encontradas nos arquivos depende da forma como são encontradas fisicamente, sendo sua ordenação e descrição essenciais para a interpretação do arquivo e o uso deste ao longo da pesquisa. Encontramos nessa discussão outra questão importante para o desenvolvimento do trabalho proposto: a relação entre o arquivista e o historiador e suas conseqüências para a pesquisa histórica.

O campo da história e o campo arquivístico possuem uma relação muito próxima, na medida em que a metodologia de organização adotada para cada arquivo influencia diretamente a pesquisa histórica. Heloísa Liberalli Bellotto (2005) propõe uma discussão pertinente a este trabalho, analisando os arquivos pessoais como fonte de pesquisa. Em seu texto, trabalha com a

relação entre o arquivista e o historiador passando pela análise da importância do documento, dos arquivos e de sua organização para a pesquisa histórica.

O objetivo do historiador é desenvolver sua hipótese de trabalho, baseando-se em um tema anteriormente estabelecido, através de fontes primárias e secundárias. A primeira fase da consulta aos arquivos constitui numa coleta de informações, realizando posteriormente a análise de tais documentos, sua síntese e a interpretação historiográfica pertinente à hipótese por ele proposta. Os arquivos são o objeto material da pesquisa histórica, sua matéria-prima.

Diante disto,

[...] o arquivista, quando atua em arquivos permanentes, pode e deve trabalhar para o historiador, ou melhor, em prol do historiador. Se o seu trabalho de descrição e de disseminação da informação for satisfatório, todas as fases anteriores à crítica e à síntese serão enormemente facilitadas. Ele estará agindo, portanto, não a favor da conformidade do pesquisador, mas, principalmente, da clareza e veracidade de suas conclusões. (BELLOTTO, 2005: p.265).

Este trecho de Heloísa Liberalli Bellotto traduz a essência desta relação. Ainda em seu texto, um dos poucos que trata dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa histórica, a autora fornece algumas variantes de sua utilização. Os arquivos pessoais podem ser usados como documentação básica sendo quase única para o desenvolvimento de um tema. A autora considera esta uma tendência cada vez menor na moderna pesquisa histórica, dizendo ser uma via abandonada pela história científica (isso se o uso das informações for puramente tópico, genealógico ou biográfico). Entretanto, essa primeira alternativa pode ter sentido se o historiador estiver levando a cabo o que se chama “história de vida”. Se atingir com o trabalho o alcance social e político do biografado ou se conferir aos titulares dos arquivos o anonimato que possibilitará ao individual tornar-se universal, aí sim, pode estar fazendo “história nova”. Outras três variantes apresentadas trazem os arquivos como: documentação alternativa (quando servir como testemunho de afirmações cujos fundamentos não são encontrados em outros documentos públicos ou privados); como documentação subsidiária (se determinadas informações retiradas dos documentos que o compõem atuarem como ilustrativas de argumentos desenvolvidos a partir de outro tipo de material); ou como documentação paralela (os documentos privados contêm informações que corroboram outras obtidas em documentos públicos, não no sentido de nova fonte, mas com conotação enfática do mesmo documento: neste caso, atuam como fonte paralela). (BELLOTTO, 2005: p.268-9).

Esses conceitos, juntamente com as discussões sobre o campo arquivístico, permitem um embasamento teórico na análise da organização do Arquivo Aliomar Baleeiro (desenvolvida a partir da metodologia do CPDOC) e de sua importância como fonte de pesquisa histórica. Nesta comunicação, faremos inicialmente uma breve biografia do titular do arquivo, para que a exposição da definição de seu arranjo fique clara. Em seguida será demonstrado o processo de organização, destacando-se as dificuldades surgidas e a aplicação da metodologia exposta. Ao final da exposição sobre os métodos e sobre a definição final do arranjo, será feita uma análise sobre a documentação presente no arquivo, visando-se justificar a importância historiográfica de sua organização e a utilização deste como fonte de pesquisa histórica, demonstrada através do desenvolvimento do projeto de monografia de final de curso, que terá como base o Arquivo Aliomar Baleeiro.

### **BREVE BIOGRAFIA DE ALIOMAR BALEEIRO**

Antes de iniciarmos a discussão efetiva da organização e metodologia adotadas e da importância historiográfica do arquivo em si, faz-se necessário o desenvolvimento de uma breve biografia do titular. Este ponto tem como objetivo demonstrar a importância de Aliomar Baleeiro como ator político e conseqüentemente justificar o uso de seu arquivo como fonte histórica.

Aliomar de Andrade Baleeiro nasceu em Salvador (BA) em 5 de maio de 1905. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia e posteriormente obteve o título de Doutor em Direito pela mesma Universidade. Iniciou-se no jornalismo ainda jovem e depois de formado dedicou-se à advocacia em sociedade com Álvaro Nascimento e Luiz Vianna Filho. Exerceu cargo de professor na Universidade da Bahia, na Universidade do Estado da Guanabara e na Universidade de Brasília, lecionando até meados de 1975.

Sua carreira política começou ao ser eleito deputado estadual constituinte em 1934 pela legenda do PSD baiano, permanecendo no cargo até 1937. Com o golpe do Estado Novo teve seu mandato interrompido. Em abril de 1945 funda a UDN baiana, elegendando-se no mesmo ano deputado federal para elaborar a Constituição estadual, reelegendo-se por mais dois mandatos sucessivos (até 1958). Em 1960, elege-se deputado estadual constituinte pela Guanabara e em 1962, deputado federal pelo mesmo estado. Não cumpre seu mandato, pois é convidado pelo presidente Castelo Branco para ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, permanecendo nesta casa entre os anos de 1965 e 1975. Após deixar o cargo

no STF voltou a atuar como advogado através de consultorias e pareceres e foi Diretor presidente da Editora Forense.

Aliomar Baleeiro faleceu em 3 de março de 1978 no Rio de Janeiro. Dentre diversos livros publicados, destacam-se *Rui, um estadista no Ministério da Fazenda* (1954), *O Supremo Tribunal Federal, esse outro desconhecido* (1967) e *Direito Tributário Brasileiro* (1972).

Como é possível observar, Aliomar Baleeiro participou de importantes eventos da história do Brasil, sendo muitas vezes (como no caso do Golpe civil-militar de 1964) elemento ativo da conjuntura política. Seu arquivo reflete suas atividades políticas e pessoais através de uma documentação onde são encontrados diferentes tipos documentais. Podemos destacar em princípio sua correspondência com diversas personalidades da política nacional, sua interessante produção intelectual – onde se encontram seus diários políticos –, além de documentos relacionados à sua atividade como professor, jurista e ministro do Supremo Tribunal Federal. Dando seguimento à proposta inicial, faremos uma análise mais específica de tais conjuntos documentais, partindo da metodologia desenvolvida pelo CPDOC para a organização de arquivos pessoais.

## **A METODOLOGIA DO CPDOC E O ARQUIVO ALIOMAR BALEEIRO**

É interessante destacar a metodologia desenvolvida pelo CPDOC por se tratar de um manual específico para a organização de arquivos pessoais, constituindo um projeto pioneiro nesta área. Como apontamos anteriormente, a inexistência de uma metodologia desenvolvida para a organização dos papéis privados pessoais e a adoção de conceitos da arquivística tradicional nestes casos, causam diversas implicações na prática diária da organização de um arquivo deste tipo. Diante deste aspecto, podemos considerar a elaboração da metodologia do CPDOC como fator determinante para a ampliação da discussão acerca de tais questões, facilitando o desenvolvimento do trabalho prático em arquivos depositados no Centro.

Os arquivos doados ao CPDOC chegam algumas vezes com uma organização prévia feita pelo titular. A maior parte dos arquivos recebidos pelo Centro não possui nenhuma organização anterior, cabendo ao documentalista estabelecer uma estrutura dotada de uma lógica de acesso que oriente a pesquisa dos futuros usuários (vale aqui lembrar a falta de organização na chegada do arquivo Aliomar Baleeiro). A observância dos princípios da proveniência e do respeito à ordem original dos documentos foi extremamente difícil. Desta maneira, tivemos uma maior liberdade de atuação na definição do arranjo, justificada pela falta

de organização do arquivo. Esta questão justifica a nossa defesa, inerente à discussão arquivística, de uma maior maleabilidade de seus tradicionais princípios.

O instrumento legal de doação do arquivo ao CPDOC é um contrato firmado entre a Fundação Getúlio Vargas e o doador do arquivo, garantindo ao CPDOC os direitos de posse, divulgação e publicação dos documentos. Em contrapartida o Centro compromete-se a organizar, inventariar, catalogar e conservar os documentos doados. O arquivo de Aliomar Baleeiro foi doado ao CPDOC pela viúva do titular, Darly Baleeiro, em novembro de 2000, contendo manuscritos, livros, periódicos e fotos. A organização analisada é relativa aos manuscritos, sendo as demais unidades documentais de responsabilidade de setores específicos.

A primeira etapa do processo de organização é a realização de um sumário da documentação visando identificar o volume, o conteúdo, o gênero e o estado de conservação das unidades documentais. Em seguida é realizada a higienização da documentação recebida, retirando pastas, plásticos, grampos e cliques de ferro, acondicionando os documentos manuscritos e datilografados em papel de pH neutro e separando eventuais documentos degradados para posterior restauro ou tratamento especializado. Esta etapa foi desenvolvida no arquivo Aliomar Baleeiro sem nenhum problema prático maior. A maior parte da documentação estava bem conservada, necessitando apenas de alguns pequenos reparos em poucos documentos danificados, realizados no próprio CPDOC.

Após este processo, inicia-se a leitura efetiva dos documentos para que possa ser definido seu arranjo. Para tal definição são levadas em consideração as características e o teor de cada documento, baseada na atividade do titular no período de sua produção. A definição do arranjo dos documentos textuais (foco de nossa análise) é parte crucial para o desenvolvimento do trabalho de organização, sendo sua etapa principal. Os arquivos são organizados em conjuntos documentais aos quais chamamos de séries. A definição das séries incide sobre a atuação do titular, visando unir os documentos de forma coerente e inteligível para o consulente. Em alguns casos estas séries são subdivididas em sub-séries. Neste caso, o objetivo é agrupar uma temática pontual importante dentro de uma determinação mais ampla (no caso as séries). A partir da definição das séries e sub-séries (caso seja necessária a criação de uma subdivisão) inicia-se a formação de dossiês. Estes são grupos de documentos de mesmo teor e constituem a documentação de cada série e/ou sub-série. Dependendo do arranjo adotado na organização do arquivo, as séries, sub-séries e dossiês podem ser constituídos segundo diferentes critérios, sendo eles: funcional (relativo às funções ou atividades específicas desenvolvidas pelo titular do arquivo), temático (documentos relacionados a um determinado assunto ou tema), geográfico (agrupa documentos por local) ou tipológico (agrupa documentos

por tipo/espécie). Neste último caso, são encontrados mais comumente nos arquivos do CPDOC correspondências, documentos pessoais, produção intelectual e recortes de jornais. Alguns arquivos apresentam documentos em período imediatamente posterior à morte do titular, tais como votos de pesar e homenagens póstumas, coletados pelos doadores do arquivo, geralmente seus familiares, constituindo uma série específica denominada Documentos Complementares.

Desta forma, são organizados e descritos em uma ficha de identificação. Esta ficha contém as informações do dossiê organizado tais como: o nome do fundo (no caso dos arquivos pessoais o nome do titular), a série ao qual está inserido, a sub-série (caso exista), o número de documentos, a quantidade de folhas, o período de produção (entendido como datas-limite) e o resumo e descrição destes documentos. Esta é a informação que será divulgada ao pesquisador no momento da consulta.

Partindo de tal metodologia, a documentação do arquivo Aliomar Baleeiro foi separada de acordo com o conteúdo e com a atividade do titular, sendo necessário a partir de então a definição das séries, sub-séries e dossiês que constituiriam sua organização final. No caso específico do arquivo analisado, não houve muitas dificuldades nesta definição, na medida em que os documentos encontrados correspondiam em grande parte às atividades de Aliomar Baleeiro, sendo este o critério para o desenvolvimento de seu arranjo.

A organização interna dos dossiês é em grande parte cronológica, facilitando a reconstituição da trajetória do titular e do processo histórico, ficando o documento mais antigo do dossiê em primeiro lugar na pasta. Em alguns casos são adotados outros critérios para sua ordenação. Isto se dá devido ao conteúdo específico de cada grupo de documentos, onde muitas vezes a ordem cronológica possui menor importância do que outras informações contidas na documentação. Os documentos não datados e aos quais não se conseguiu atribuir data através de pesquisa são colocados ao final do dossiê. Quanto à ordenação dos dossiês dentro das séries pode-se adotar tanto o critério cronológico quanto o alfabético. Este último é privilegiado no caso de séries em que os dossiês são definidos e identificados por nomes, como no caso das séries Produção Intelectual (por autor) e Correspondência (quando ordenada por correspondente).

A metodologia desenvolvida pelo CPDOC possui definições sobre a numeração de documentos, a identificação de anexos e cópias, além das transferências de documentos que não puderam ser mantidos dentre os textuais por serem fotos, mapas, plantas, folhetos ou documentos de grande porte, feitas através de uma ficha mantida no dossiê. A notação é utilizada para identificar e localizar as unidades documentais. No CPDOC, o código adotado é

colocado no canto superior direito da primeira página de todos os documentos de cada dossiê. Após a finalização da organização as fichas com as informações dos dossiês são inseridas na base de dados Accessus, criada pelo CPDOC para facilitar a pesquisa, possibilitando a consulta de arquivos pela internet através do site do Centro. A criação desta base de dados, juntamente com o desenvolvimento da metodologia específica para os arquivos pessoais traduzem o pioneirismo do CPDOC nesta área.

Para o arquivo em questão, foram determinadas séries funcionais e tipológicas, sendo elas: Atuação Acadêmica, Atuação Jurídica, Atuação Parlamentar, Correspondência (dividida em duas sub-séries – Convites, homenagens e agradecimentos e Correspondência pessoal), Documentos Complementares, Documentos Pessoais, Editora Forense, Produção Intelectual e Supremo Tribunal Federal. Os dossiês foram organizados internamente, em sua maior parte, pela ordem cronológica. A única exceção é a série Supremo Tribunal Federal, onde alguns dossiês foram organizados internamente por ordem alfabética, devido a especificidade de sua documentação.

O arquivo possui um número relativamente pequeno de unidades documentais se comparado aos demais arquivos do CPDOC. É constituído de 1.586 documentos textuais manuscritos enquanto o Arquivo Herbert de Souza – organizado recentemente – possui 13.661 documentos textuais manuscritos (estamos levando em consideração somente os documentos textuais manuscritos. Ambos os arquivos possuem ainda documentos impressos e audiovisuais. Para maiores informações, consultar a base de dados Accessus no site do CPDOC; [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)). Faremos a seguir um breve panorama dos assuntos contidos em cada série para que possamos justificar a seleção dos dossiês aos quais analisaremos como importante fonte de pesquisa histórica.

Iniciando pela série Atuação Acadêmica (funcional) encontramos documentação relativa à atuação de Aliomar Baleeiro nas universidades onde lecionou. Na série Atuação Jurídica (funcional) reunimos documentos relacionados à sua atuação como advogado, função exercida de maneira esparsa porém em quantidade suficiente para a formação de uma série. É preciso destacar que mesmo ocupando cargos políticos em momentos constantes, Aliomar Baleeiro era considerado excelente jurista e atuou como advogado principalmente após a sua saída do Supremo Tribunal Federal.

A série Atuação Parlamentar (funcional) abrange a documentação produzida ao longo de sua carreira política. No caso desta série, devido ao pequeno volume de documentos, optou-se por não utilizar sub-séries relativas a cada mandato, medida recorrente em outros arquivos pessoais. Os dossiês encontrados nesta série incluem documentos relativos à sua

atuação como dirigente da UDN, material de campanha, projetos de lei e de emenda à Constituição e correspondência entre Aliomar Baleeiro e diversos políticos. A série Correspondência (tipológica) foi dividida em duas sub-séries. A sub-série Convites, homenagens e agradecimentos possui três dossiês, incluindo convites para participar de conferências, aulas e solenidades como palestrante, homenagens como votos de congratulações e louvor, moções e condecorações referentes ao seu prestígio como jurista, parlamentar e professor e documentos agradecendo sua participação em conferências, palestras e solenidades. A sub-série Correspondência pessoal é uma das mais extensas do arquivo. Nela são encontrados dossiês de correspondência entre Aliomar Baleeiro e diversas personalidades, tratando de assuntos pessoais e em alguns casos de assuntos relativos a conjuntura política, tratados de maneira informal.

Devido à presença de documentos com datas posteriores ao seu falecimento, determinamos a série Documentos Complementares, que inclui dossiês relativos a documentos póstumos. A série Documentos Pessoais (tipológica) inclui dossiês contendo certidões, declarações, contratos, recibos e currículos de Aliomar Baleeiro. A série Editora Forense (tipológica) reúne dossiês referentes à atuação de Aliomar Baleeiro como Diretor presidente desta Editora.

A série Produção Intelectual (tipológica) merece maior destaque devido à peculiaridade de sua organização. Enquanto as demais séries possuem dossiês com uma grande quantidade de documentos, a série Produção Intelectual possui dossiês com somente um documento. O objetivo desta metodologia é descrever um a um os textos, discursos, diários e artigos produzidos por Aliomar Baleeiro e por terceiros, visando destacar a produção intelectual de cada autor. Desta forma, é a série com maior número de dossiês e a única com todos os documentos descritos.

Seguimos com a determinação da série Supremo Tribunal Federal (funcional) relativa à fase em que Aliomar Baleeiro atuou como ministro deste tribunal. Seus dossiês incluem processos, recursos e embargos de diversas naturezas. Grande parte desta documentação possui decisões do Supremo Tribunal Federal onde Aliomar Baleeiro era o relator. Existem ainda dossiês de correspondência entre o titular e diversas personalidades ao longo de sua atuação no cargo. Esta série possui uma característica peculiar, pois a ordem adotada na organização dos dossiês relativos aos documentos oficiais do STF foi feita alfabeticamente, sempre pelo nome do recorrente do processo, para permitir uma busca nominal em seus dossiês.

Com o objetivo de fornecer maiores informações ao pesquisador acerca da documentação presente e pelo reduzido número de unidades documentais, adotamos a idéia de determinar séries funcionais, baseadas nas atividades do titular. Encontramos poucas dificuldades na constituição das séries. Uma das dificuldades foi fato de termos encontrado documentos que não se encaixavam nas séries determinadas inicialmente, como foi o caso dos documentos relativos à Editora Forense e aos Documentos Pessoais, que acabaram constituindo séries específicas com poucos dossiês. Este critério pretende respeitar a tipologia das unidades documentais. Após este panorama geral do arranjo do Arquivo Aliomar Baleeiro, seguimos para a exposição de parte da documentação que constitui o arquivo, procurando justificar sua importância historiográfica.

## **OS DIÁRIOS POLÍTICOS DE ALIOMAR BALEEIRO**

Para iniciar a análise dos documentos do arquivo considerados mais relevantes, devemos levar em consideração alguns aspectos relativos à historiografia e à utilização de arquivos pessoais como fonte de pesquisa histórica. Retomando aos pontos destacados anteriormente no preâmbulo desta comunicação, podemos considerar que o arquivo Aliomar Baleeiro se encaixa, segundo a proposta desenvolvida, na categoria definida por Heloísa Liberalli Bellotto (2005), na qual o uso de arquivos como documentação básica tem sentido se o historiador estiver levando a cabo o que se chama “história de vida”.

Cabe aqui relatar que vem sendo desenvolvido o projeto de monografia de final de curso baseado no arquivo. A opção feita pode ser analisada como uma história de vida, porém nosso foco estará na trajetória política de Aliomar Baleeiro através de seus documentos, com base em seus diários manuscritos inéditos, sendo complementado pela documentação do próprio arquivo (através de cartas, textos e decisões jurídicas do titular) e de outros arquivos pessoais e institucionais a serem selecionados. O nosso objetivo nesta comunicação é expor um pouco mais sobre estas fontes. Nos deteremos à análise do que consideramos os documentos de maior destaque do arquivo. São eles sete diários manuscritos: cinco deles escritos no Rio de Janeiro e dois durante sua estada em Brasília como Ministro do Supremo Tribunal Federal. Em alguns momentos são produzidos no mesmo período, de maneira alternada, dependendo do local onde Aliomar Baleeiro se encontrava. Os diários apresentam uma opinião particular frente aos acontecimentos eminentemente políticos de um personagem essencial para a compreensão da conjuntura política brasileira.

O primeiro volume dá conta das memórias políticas de sua juventude, abrangendo o período de 1910 a 1925. Parece ter havido por parte do titular um interesse na reconstrução de suas memórias, mostrando um teor um pouco diferente dos demais volumes. No segundo volume, destacam-se as opiniões acerca do segundo Governo Vargas, da posterior situação política, do Governo Café Filho e de seu processo sucessório, da candidatura e do Governo Juscelino Kubitschek, indo do início de 1950 ao fim do ano de 1955 (havendo uma interrupção nos anos de 1951 e 1952). O terceiro volume se destaca pela narração do Golpe de 1964, incluindo seus antecedentes e a crise que resultou no Ato Institucional nº 2, abrangendo o período imediatamente seguinte do fim do segundo volume (fim de 1955) e chegando até abril de 1966 (existem poucos registros nos anos de 1956, 1957, 1958, 1960, 1961 e 1962). No quarto volume destacam-se a companhia de Costa e Silva, a votação da Constituição de 1967, a Lei de Imprensa, a morte de Castelo Branco, a crise que resultou no Ato Institucional nº 5 e a eleição de Ernesto Geisel, abrangendo o período entre junho de 1966 e março de 1975. No quinto e último volume o principal assunto é o Governo Ernesto Geisel, e tem seu último relato em fevereiro de 1978, ano da morte do titular. Temos ainda dois cadernos com anotações ao longo de sua estada em Brasília. O primeiro volume vai de março de 1966 a novembro de 1969 e o segundo volume vai de novembro de 1969 a abril de 1975.

Como é possível observar através da simples descrição da documentação, os diários políticos escritos por Aliomar Baleeiro constituem uma fonte histórica essencialmente primária, dotada de uma lógica cronológica e de uma abrangência considerável, o que permite mais de uma pesquisa histórica em seus escritos. São dotados de uma visão particular a partir de um ator político importante e influente em seu meio. Podemos, desta maneira, adotar uma perspectiva biográfica na construção de um projeto de pesquisa histórica. A fonte justifica-se por si mesma, contendo ineditismo e originalidade, pontos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Para exemplificar esta importância transcreveremos alguns trechos destes diários. O objetivo é retirar trechos escritos em datas consideradas marcos importantes para a história brasileira. Utilizaremos o terceiro volume para este exemplo, destacando o ano de 1964, mais especificamente alguns dias do meses de março e abril, onde o processo político brasileiro se encontrava conturbado com o advento do Golpe civil-militar de 1964. A análise desta documentação será feita brevemente, na medida em que sua extensão impossibilita, para esta comunicação, um trabalho analítico aprofundado. O objetivo é justificar o próprio título do trabalho, mostrando a importância dos arquivos pessoais para a pesquisa histórica e, mais especificamente, a importância do arquivo Aliomar Baleeiro.

Os trechos selecionados dão conta do processo de crise ao qual o país estava inserido, abrangendo temáticas como o comício de João Goulart na Central do Brasil, as negociações sobre um possível impeachment do presidente, destacando a opinião de algumas personalidades políticas presentes em uma reunião informal onde foi discutido tal assunto. Transcreveremos fielmente os trechos, colocando entre colchetes informações por nós complementadas, visando a compreensão das frases. Isso foi preciso devido à quantidade de palavras abreviadas por Aliomar Baleeiro. Como destacado, a exposição desta fonte justifica a importância historiográfica do arquivo em discussão e demonstra a característica qualitativa dos diários políticos de Aliomar Baleeiro.

Citaremos seguidamente todos os trechos selecionados para posteriormente fazermos uma breve análise sobre a fonte.

16/3/64

No dia 13, com metralhadoras deslocou, 5.000 homens, presença dos 3 ministros militares, realizou-se o anunciado comício da Central, falando JG, seguido todavia, do velho coreto da [ma..., ver se encontra o nome], em que GV [Getúlio Vargas] anunciou a Carta de 1937. [...] Brizola propôs o fechamento do Congresso. Este não presta para nada. À noite de 13, falei das 11 ½ [onze e meia] às 2 ½ [duas e meia] da madrugada sobre isso, na TV-Tupi de SP[São Paulo]. Lá, a inquietação era enorme. O p<sup>e</sup>. [padre] Januário Baleeiro disse às 3h da madrugada, à porta do hotel Jaraguá, que Ademar se entende bem com o Krueel. No Rio, chovem telefonemas e abordagens de pessoas na rua, perg[untando] se não haverá impeachment. Transmiti isso pelo telef[one], a P[edro] Aleixo. (AB pi Baleeiro, A. 1910.00.00, grifo nosso)

29/3/64

Há alguns dias, 15 ou 16 dêste, em casa do Adauto, que se achava doente, reunimo-nos com A. Salazar e Sobral Pinto. Pedimos a este que representasse à Câmara para o impeachment de JG. Ele concordou, pedindo estrito segredo, mto[muito] embora tivesse filho e genro diplomatas, expostos à perseguição. [...] Eu entreguei a minuta da representação que fiz por determinação do P[edro] Aleixo e Salazar prometeu os dados s/[seguros da] GB[Guanabara]. À tardinha, fui à casa de AQ[Ademar de Queirós], onde se deveria reunir a nós H.C.B.[Humberto Castelo Branco]. Perguntei-lhes se havia inconveniente no impeachment. H.C.B. achou inoportuno, porq[ue] poderia provocar Greve Geral. Disse-me que Costa e Silva advertira Jair R[ibeiro] de modo incisivo e o [ilegível] assegurar que JG [João Goulart] não faria inconveniências. Ele espera contar com A[maury] Krueel. Lembrei-o de que tanto ele qto[quanto] AQ não toleram AK. Mas a informação confere com a do P<sup>e</sup>. J. Baleeiro, em SP [São Paulo], na madrugada de 14/3. Disse, então a H.C.B. que, na hipótese de liquidar-se JG, o Congresso elegeria o sucessor indiretamente e, nesse caso, Bilac e eu achávamos que ele era o homem indicado p<sup>a</sup>[para] a presidência. Não respondeu diretamente, tomando atitude evasiva. Mas pareceu-me que gostou... Disse-me que a solução estava próxima. Mais ou menos ao meio-dia, H[erbert] Levy telefonou de SP, em inglês, pedindo que transmitira a BPT.[Bilac Pinto] que lá tudo estava 100% - AB[Ademar de Barros] e AK e que era para aquela noite mesmo. Cumpri a missão e, pelas dúvidas, comuniquei a AQ. Ele resp[ondeu] que era p<sup>a</sup> 72h[oras]. Não se precipitassem. (idem, grifo nosso)

5/4/64

À tarde de 31, já os telef. não falavam de Brasília p<sup>a</sup>. os Estados, nem desciam os aviões. Ficamos sem os jornais. O povo esgotava o stock dos supermercados. Pelo rádio, à tarde, na sede da UDN, revia-se o CL[Carlos Lacerda], que se dizia cercado pelos fuzileiros. Acompanhavam as [ilegível] da Rede de Democracia em MG e, em certa altura, veio a notícia de q. os fuzileiros atacavam o Palácio GB. Houve um momento de angústia. Nesse momento, observou-se que um helicóptero descia na pca[praça] dos Três Poderes. **Subiu a bandeira no Palácio do Planalto, indicando q. JG lá estava. Duas ou três horas depois, o helicóptero levantava vôo com ele. Às 17h de 1<sup>o</sup>, já se ouvia CL nas rádios do Rio, mas Brizola ameaçava céus e terras na “Farroupilha” de Pt. Alegre, onde esperávamos que o 3<sup>o</sup> Exército aderisse. [...] Às 18h, CL e AB, de seus respectivos Estados, proclamaram a vitória e diziam q. JG. fugira. Mas Brasília continuava em poder de JG e as rádios locais apelavam para que o povo fosse receber armas no Teatro. Fizeram isso desde manhã e continuaram à noite. (idem, grifo nosso)**

Estes trechos e, mais especificamente, as partes grifadas, mostram a visão de Aliomar Baleeiro frente à crise política do momento. Seus diários demonstram sua relação com importantes atores políticos do processo, e mostram sua participação em tais eventos políticos. Suas conversas com estas personalidades traduzem as características políticas de Aliomar Baleeiro e mostram que ele sabia das conspirações que estavam acontecendo contra o governo João Goulart. Uma análise mais profunda de seus diários do mesmo período justificam a hipótese de que houve participação de setores civis no processo do golpe de 1964, onde o titular do arquivo possuía forte influência. Esta é uma das hipóteses de trabalho desenvolvida no projeto de monografia, onde serão usados outros trechos destes diários. O nosso objetivo aqui foi demonstrar o uso do arquivo Aliomar Baleeiro como fonte de pesquisa histórica. Esta breve apresentação analítica faz parte do estágio atual da pesquisa que vem sendo desenvolvida. De certa forma, os trechos selecionados, provenientes de um tipo documental específico (os diários), não necessitam de uma profunda análise, na medida em que neles buscamos a confirmação de uma única hipótese. A análise dos diários não se esgota nesta hipótese. A riqueza de informações presente na fonte histórica em questão pode trazer novos questionamentos passíveis de comprovação.

## CONCLUSÃO

Devido à restrição temporal desta comunicação, não poderemos nos estender na análise. O uso dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa histórica feita através da exposição do caso específico do arquivo Aliomar Baleeiro traduzem a importância deste tipo de arquivo. Nosso objetivo foi demonstrar como o processo de organização e posterior análise da documentação (feitas através de uma metodologia desenvolvida especificamente para os arquivos pessoais), passando pelos questionamentos inerentes ao campo arquivístico e ao campo da história, podem traduzir a relevante preocupação com a manutenção da prática da pesquisa histórica baseada em arquivos pessoais, fontes que vem sendo cada vez mais utilizadas. Demonstramos também a proximidade existente entre o trabalho do arquivista e do historiador, defendendo a maneira como o trabalho de ambos se torna complementar, direta ou indiretamente, para que a construção da perspectiva histórica encontre fontes primárias qualitativamente confiáveis e quantitativamente importantes. Com esta breve exposição visamos contribuir de alguma forma para as discussões teóricas e práticas tanto do campo arquivístico quanto do campo da história, buscando a interseção de ambos com a intenção de aprimorar o desenvolvimento da pesquisa histórica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

COOK, Terry. “*Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-moderno*”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.11, nº 21, p.129-149, 1998.

DUCHEIN, Michel. “*O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos*”. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v.10-14, nº 1, p.14-33 – abril de 1982 a agosto de 1986.

DUCROT, Ariane. *A classificação dos arquivos pessoais e familiares*, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.11, nº 21, p.151-168, 1998.

FRAIZ, Priscila. “*A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema*”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.11, nº 21, p.59-87, 1998.

SCHELLENBERG, T.R. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.